



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 56

Sessão Ordinária Abril

2.ª Reunião em 10/04/2017

Aos dez dias do mês de Abril do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Mesa, Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, a Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeira Secretária e a Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Fernando Santos Silva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, Manuel Vieira dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Baptista, António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o Presidente da Mesa António do Pranto Nogueira Leite, e os Vogais, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa e Paula Cristina Urbano Antunes. Não estiveram presentes os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretário da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves

Cachide, Fernando Santos Silva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Rita Alexandra Monteiro Baptista e António Manuel Santos Salavessa.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Firmino Marques Ferreira, Antero Marques dos Santos, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva da Silva, Mário Júlio Maia Mostardinha, Miguel António Costa da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Júlio Vasconcelos de Oliveira.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Alves dos Reis, João Condinho Vargas, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, pediram escusa.

Continuando o Presidente de Mesa em exercício, deu conhecimento ao Plenário para apreciação, nos termos do artigo 77.º da Lei 5-A/2002, de 11 de setembro, o pedido de suspensão do mandato pelo período de cento e vinte dias (até 7 de Agosto de 2017) da Vogal Susana Cristina Chaves Batista Esteves, da lista de candidatura “Aliança com Aveiro”. Não se encontrando presente o cidadão sucedâneo, e não se verificando oposição, será o cidadão convocado para a próxima reunião da sessão a realizar no próximo dia 21 de Abril.⁰⁰³

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício deu continuação aos trabalhos para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2016, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Boa noite a todos. Uma nota sumária sobre este ponto segundo e faço também na mesma nota a introdução ao ponto terceiro. Não voltarei a intervir, em termos de introdução, no ponto terceiro.

Dizer que o ano de dois mil e dezasseis foi um ano muito importante para a nossa Câmara Municipal, somando-se aos dois anos anteriores do mandato que foram igualmente muito importantes. A importância de dois mil e dezasseis não tem só a ver com aquilo que foram as marcas de gestão do próprio ano daquilo que foram operações de gestão do passado mas muito a marcação do futuro próximo, na medida em que dois mil e dezasseis é, na prática, o primeiro ano a sério do início da gestão do novo quadro

de Fundos Comunitários, Portugal2020. Foi neste exercício que nós fixámos alguns dos principais compromissos de financiamento dos objetivos que temos para este ano de dois mil e dezassete e para os anos seguintes. Essa condição marca esta importância de um ano que também foi muito importante como contribuinte líquido para este futuro próximo que já estamos a gerir. Além de cumprirmos aqueles objetivos básico de contributo para a redução da dívida, mantivemos a operação fundamental de termos resultados operacionais positivos, ter sido também um ano que teve que ser gerido sem PAM visado, como sabemos o nosso Visto chegou em dois mil e dezassete e, portanto, tivemos que ter todas as providências cautelares a esse nível e todos os constrangimentos legais. Em tudo aquilo que foi o fecho de obras; a ativação de vários equipamentos municipais financiados ainda pelo Quadro de Fundos Comunitários antigo; o lançamento de várias operações em termos de projeto e algumas também em termos de obra que já inaugurámos, nomeadamente as primeiras operações PEDUCA que tínhamos que executar no ano passado para podermos aceder ao tal acelerador que nos permitiu somar mais um milhão de euros aos dez milhões que já tínhamos contratado em termos de fundo perdido, como se diz à moda da tradição, para financiar as operações do PEDUCA; tivemos, de facto, um ano muito importante, muito positivo, também em áreas onde as novas apostas foram uma marca de água, nomeadamente na área da cultura com resultados palpáveis muito relevantes, concretamente na prestação do Teatro Aveirense, no lançamento de novas operações como foi o nosso Festival dos Canais. Também aqui o ano de dois mil e dezasseis deixou uma marca importante.

É bom deixar claro que no que respeita às empresas municipais já não é relevante, não tem expressão, o que as contas querem dizer em relação à TEMA e à EMA porque, como sabemos, o ano de dois mil e dezasseis já teve, desde o início a gestão do Teatro Aveirense e do Estádio Municipal de Aveiro entregue à própria Câmara, portanto, as operações de gestão já estiveram na mão da Câmara Municipal, apenas restam actos formais para cumprir e teremos ainda em cima de dois mil e dezassete. Portanto, há que manter os procedimentos formais em dia e daí aqui estar a conta respeitante à EMA e à TEMA que não dizem nada em termos de actividade porque, repito, o que diz sobre a actividade desses nossos dois equipamentos está dentro da conta da Câmara e não da conta da TEMA e da EMA. Por isso, lembrar o cuidado na comparação linear das contas porque elas não são comparáveis.

A primeira operação de comparabilidade linear que vamos ter é na conta consolidada que, como sabeis, temos que enviar para o Tribunal de Contas até ao final do primeiro semestre, irá, em devido tempo, primeiro à Câmara e virá depois à Assembleia, seguramente na nossa Assembleia Municipal de Junho cá estará a conta consolidada para a enviarmos para o Tribunal de Contas em tempo formal útil. Aí sim, vamos ter a nossa primeira comparação linear possível entre a conta consolidada de dois mil e dezasseis com a de dois mil e dezassete, podendo comparar tudo porque estará tudo somado nas operações municipais.

A MoveAveiro tem, obviamente, uma perspectiva diferente, e a AveiroExpo também, embora com nuances. A MoveAveiro teve um ano normal dentro da sua anormalidade, como sabemos, já que houve uma parte da operação dos nossos transportes gerida pela UrbAveiro. Excluindo essa anormalidade dentro do normal houve a melhoria de um conjunto de indicadores em termos da sua performance financeira mas também não relevante porque aconteceu com efeitos práticos já no ano de dois mil e dezassete. Mas o ano foi muito importante ao nível das operações e do concurso. A MoveAveiro tem uma vida, digamos, normal mas também com esta situação de ser objectivamente o seu último ano dessa norma no que respeita aos transportes rodoviários e marítimos e com a integração na Câmara progressiva, ela não é linear, de um só momento no que respeita à

gestão dos parques de estacionamento parconizados, parque Manuel Firmino, e da nossa BUGA.

Em relação à AveiroExpo, aí sim, aí temos uma empresa que teve um ano normal e falaremos das operações para a sua dissolução num ponto mais à frente. A AveiroExpo teve um ano normal, um ano bom, foi um ano em que todos os indicadores melhoraram e já são indicadores positivos, embora tenhamos que seguir o caminho da dissolução. Relembro à Assembleia que dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze, são anos que colocam ou que colocaram a AveiroExpo debaixo da alçada das regras da Lei 50/2012 e que determinaram a sua extinção, a necessidade da sua extinção, e de nada adianta os triénios seguintes, dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, terem sido bons e tirarem a empresa da alçada da Lei 50/2012 porque é entendimento do Tribunal de Contas que a partir do momento que se caia uma vez acabou, não há remissão e as empresas têm que ser extintas. Na vida da normalidade plena, no funcionamento da entidade que é gestora do parque de Feiras e Exposições, foi um bom ano, um ano positivo, mas a sua dissolução prossegue e cá estaremos, dentro de pouco tempo, a tomar decisões sobre a nossa AveiroExpo, embora todo o processo já esteja despoletado também porque, além do nosso cronograma, também relembro que na decisão de Visto do nosso PAM a única nota de indicação de monitorização que ficou expressa pelo juiz do processo foi exatamente sobre a extinção e a dissolução da AveiroExpo. Além das nossas obrigações normais e da nossa opção política temos o Tribunal de Contas, e bem, a olhar para o processo que é particular, é específico, e com as suas delicadezas completamente diferentes das nossas outras empresas municipais respeitante à AveiroExpo.

Esta é a nota de introdução global a estas contas que, obviamente, procuram, naquilo que respeita ao relatório, dar uma nota clara do ano, e, obviamente, no que respeita às contas o rigor absoluto que se exige e que a nossa equipa técnica zelou e cuidou para que os documentos tivessem esse rigor.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[006](#)

“Senhor Presidente, como os pontos são discutidos em conjunto eu pedia que os tempos fossem somados.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Primeiro de tudo uma saudação especial a todos membros da Assembleia, Câmara, Mesa e dizer que em virtude da minha vida pessoal, o meu trabalho ser agora a 400 km de Aveiro, pelo menos até ao final do ano letivo estou cá muito raramente, e é com todo o contentamento que nesta interrupção letiva venho até este órgão participar na sessão.

Queria começar, para começar bem, com dois protestos e para os quais peço que a Mesa não os inclua no tempo de intervenção atribuído.

O primeiro protesto formal é pelo facto do site da Câmara estar ontem todo o dia em baixo – o que me dificultou enormemente o trabalho de preparação desta sessão, pois era ontem que eu tinha tempo disponível para preparar. Causou danos evidentes o facto de o site com a informação estar em baixo. E como atualmente trabalhos fundamentalmente com o material colocado on-line não pude descarregar os documentos.

Protesto porque o facto é já recorrente. Não é a primeira vez que em vésperas de Assembleia o site está suspenso, porquê não sei, mas penso que deve fazer tudo para que isto não aconteça.

O segundo protesto, para que fique registado, que a qualidade da digitalização dos documentos é nalguns pontos sofrível. Mas chamo a atenção em particular para por exemplo o mapa de endividamento a entidades bancárias não é possível ver os totais nem as parcelas legíveis. É necessário que haja cuidado.

É evidente, aleluia, já se consegue obter o reconhecimento de caracteres. Antes o documento era uma imagem e não era possível fazer pesquisa e localização dos conteúdos, agora já é possível fazer e espero que se mantenha de futuro essa funcionalidade.

E essa pesquisa de caracteres deu-me algumas pistas sobre o essencial das Contas De facto eu estou de acordo com o senhor presidente quando ele diz que não podemos olhar para estas contas e vê-las da mesma maneira que as anteriores. Mas não é bem assim. Há coisas que são comparáveis. Mas independentemente disso há alguns indicadores de estilo que estão subjacentes aos documentos. Para terem ideia do que estou a falar, dizer que a palavra “procedemos” tem nove instâncias. A palavra “podemos” tem doze instâncias, a palavra “positivo” tem trinta e três instâncias, a palavra “negativo” apenas cinco. Portanto isto dá uma imagem daquilo que é valorizado.

Mas queria sublinhar de forma muito nítida que a palavra “agradecer” não aparece nenhuma vez. A palavra “obrigado” não aparece nenhuma vez, a palavra “esforço” não aparece nenhuma vez, a palavra “sacrifício” não aparece nenhuma vez, a palavra “municipal” não aparece nenhuma vez, a palavra “aveirenses” não aparece nenhuma vez.

Portanto há aqui um “procedemos”, em lado nenhum se faz uma referência a qualquer vereador, e em lado nenhum se faz uma referência aos “aveirenses” e aos sacrifícios que ao aveirenses têm feito para que este quadro positivo possa ser desenhado. E os “sacrifícios” e “esforços” dos Aveirenses têm sido evidentes.

Diz-se, como coisa positiva, que os impostos diretos subiram 24,34% em relação ao ano anterior!? Mas eu digo mesmo mais. Em relação a 2012 os impostos sobre os Aveirenses passaram de 18 milhões para 31 milhões de euros!

Portanto isto é um esforço enorme que está a ser pedido aos Aveirenses e que penso nem sempre está a ser encaminhado na melhor direção. Só o aumento do IMI contribui com metade desta evolução entre 2012 e 2016. Portanto 10 milhões para 21 milhões no IMI.

Mas também há aumentos no Imposto de Circulação, na Derrama, na parte do IRS que fica todo na Câmara, no aumento das licenças, etc., etc., etc.,.

Portanto o que se pede, haja um esforço para que esta “obra” que é tentada mostrar se associe ao enorme sacrifício que está a ser pedido aos Aveirenses. Nos impostos diretos, nos impostos indiretos, no aumento do estacionamento, nos cortes dos transportes, em tanta, tanta coisa, que eu diria que os Aveirenses, aqueles que nem uma vez são citados no documento, são os grandes heróis das melhorias que tem acontecido neste concelho. Tenho dito.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros)

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Senhor Presidente, esta é a última prestação de contas do mandato e como tal terá cabimento não só uma análise da prestação de contas de 2016, mas também do que tem

sido o trabalho de Ribau Esteves à frente da Autarquia e da maioria que o suporta nesta Assembleia.

O Senhor Presidente começa por falar dum PAM sem estar visado, mas mesmo assim sem estar visado é aplicado. O Senhor Presidente pode não ver isso, pode não sentir isso, mas a verdade é que os Aveirenses o sentem na vida de todos os dias desde 2014.

E se há retrato mais fácil de fazer do que tem sido a governação é esta prestação de contas.

Esta prestação de contas que tem um plano de ajustamento como base. Onde se afirma que há um défice de investimento público – que há. Imaginem com uma variação negativa de 41%. Mas ao mesmo tempo maximiza a receita onde criar uma taxa de execução de 119% em impostos.

Portanto os Aveirenses têm mesmo de se perguntar se um PAM não está visado por que é que o tem aplicado, todos aos anos quando têm de pagar o IMI. E vemos por este documento que é através dos impostos que o Senhor Presidente tem traçado este caminho tão esperançoso de nada. É à conta de apenas dos impostos que lhe tem cobrado que se apresenta com este relatório na sua visão tão positiva.

Mas tão positiva muito pouco porque vemos os impostos diretos num crescendo desde 2014 onde o IMI passa de 13 milhões para 21,4 milhões.

Mas depois procurando no que devem ser as funções de um autarca à frente de um município vemos que a ação social teve uma taxa de apenas 3.4%. com uma previsão de 328 mil euros e investir apenas 11 mil euros é miserável. Vê-se que de facto o Senhor Presidente se demite completamente dum pilar das funções de um autarca. Mas não fica por ai. Se virmos o apoio às famílias tem uma taxa de execução de 22.7% onde havia uma previsão de 50 mil euros e conseguiu investir 11 mil euros.

Passamos depois para a habitação social. No regulamento da habitação social aqui se ouviu vezes sem conta falar dos despejos que se tinham que fazer porque as pessoas não pagam a renda. E veja lá que a receita da habitação de 330 mil euros tem uma taxa de execução de 91,8%.

Mas depois vamos às suas responsabilidades como arrendatário. E dos 365 mil tem uma taxa de execução 0.08%. Afinal quem é que não cumpre afinal nesta relação.

Para terminar e porque este cenário é demasiado antagónico ao que o Senhor Presidente nos quer fazer crer com este relatório, sabendo que para ação social previu 58 mil euros e gastou 11 mil, eu devo dizer-lhe que no “Festival dos Canais” o Senhor Presidente gastou 169 mil euros. Assim mais uma vez nos temos de perguntar – para quem é que o Senhor Presidente governa o concelho de Aveiro. Disse.”

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

“Muito o brigado Senhor Presidente. Uma primeira palavra para saudar o regresso do nosso amigo Salavessa a esta Assembleia. É sempre bem-vindo. Não que tenha estado mal substituído pelo seu substituto, mas pela forma experiencial que faz e que alia às suas intervenções. E hoje fez aqui uma intervenção política de todo o interesse, trazendo aqui a esta Assembleia a visão política que temos verberado, que é a visão egocêntrica dos documentos apresentados. Egocêntrica e autoelogiosa que nós temos aqui repetidamente dito sobre os documentos trazidos a esta Assembleia. Ainda na última Assembleia falei de documentos e de louvaminhas e coisas semelhantes que espelham exatamente a ideia que aqui agora o Salavessa com um esforço bom de abstracção conseguiu trazer ao nosso espírito.

O documento em si é um documento obrigatório que relata aquilo que foi feito e tem algumas notas positivas. A Câmara diz que reduziu a dívida, que é um dos objetivos que este executivo se propôs, mas fê-lo aplicando os meios que os sacrifícios dos Aveirenses lhe proporcionaram.

E nós temos uma leitura disto. É que comparando estes dados com o que se verificava anterior, o ritmo da dívida de redução da dívida, não é assim muito mais acelerado que era no executivo anterior. Não estou a dizer que os meios estejam delapidados. O que estou a dizer é que esta ideia de redução de dívida é o mesmo que tinha já anteriormente e com muito menores sacrifícios aos Aveirenses.

Diz-nos aqui também que a dívida reduziu ao ritmo de 15 milhões de euros em cada ano. Mas o anterior executivo também reduziu a dívida ao ritmo de 15 milhões em cada ano – é importante que se diga isto.

Agora a Câmara apresenta aqui uma ideia que eu não me recordo de vir espelhada nos documentos das comunicações. Apresenta uma ideia de que teve um resultado positivo. Bem eu gostava que o Senhor Presidente esclarecesse como é que obteve este resultado positivo. Se é a diferença entre receitas e despesas correntes ou se o resultado é líquido – à semelhança daquilo que ocorre nas empresas nas demonstrações de resultados. Gostava que o Senhor Presidente esclarecesse que tipo de resultado positivo é este. Se é resultante deste aumento enorme dos impostos que já aqui foi referido, das taxas indiretas que se fazem hoje por todo o lado e o aumento significativo do IMI 11 milhões em 2011 para 31 milhões neste ano. Explique se é por esse efeito se é por outro.

Depois gostava que o Senhor Presidente nos desse aqui alguns esclarecimentos sobre algumas notas que vem aqui. Aqui nos objetivos sociais a certa altura fala nos aspetos da habitação. Mas não fala nada que se tenha investido na habitação. Depois diz que deu apoio à Universidade de Aveiro na dinâmica de procura de arrendamentos para oferta aos estudantes! Então em que é que se traduziu isto?

Depois aqui no ordenamento do território e isto é importantíssimo porque o ordenamento do território espelha a política que vai na autarquia. Sim senhor, sabemos que esteve em revisão o PDM e que acarreta a revisão de todos os planos de pormenor. Mas onde está o PDM? Houve aqui um momento de discussão pública e depois isto soft, agachou-se neste seu procedimento. Dá a impressão que não está andamento. Gostaria que o Senhor Presidente dissesse realmente o que é que está a fazer? Sobre tudo no PDM. Depois tem aqui muita conversa das novas vias cicláveis. Ciclovía no Carregal, Ciclovía no Canal de São Roque para a Ribeira de Esgueira. Bem acho as ideias interessantes não é mas gostaria de saber qual é o financiamento disto? Como é que a Câmara estabelece ou não prioridades para fazer estas vias em vez de fazer outras coisas.

E já agora fazia aqui um apelo (porque de vez em quando passo por ali) à Junta de Freguesia de Cacia para tentar sinalizar o desembocar dos ciclistas que entram em Vilarinho e depois continuarem na Ecovia de Estarreja. Era interessante que a Junta de Freguesia de Cacia fizesse essa sinalização.

Aqui nos objetivos económicos fala aqui dos transportes e tal. Mas isto faz-nos sempre acudir sobre se a Câmara tem verdadeiramente algum plano sério e bom, discutido, publicamente falado, que responda à realidade da política de mobilidade de Aveiro? Que carros devem entrar na Cidade, que parques de estacionamento devem haver, que horários de autocarros, enfim isso tudo de forma integrada. Saber como é que os cidadãos podem no fundo ser servidos. A Câmara tem algum projeto nesse sentido?

Ainda aqui nos assuntos da ligação da Câmara com a atividade central fala-se de forma só epigrafada da qualificação da linha ferroviária Aveiro/Águeda. Mas não diz que diligências foram feitas. E também na classificação funcional, física, do Hospital de Aveiro. E também é completamente omissivo (e não se fala disto) quanto ao Eixo

rodoviário estruturante Águeda/Aveiro, quando o Dr. António Ramalho veio dizer que isto estava completamente banido. Sabemos que Águeda se movimenta com isto, agita o problema, mas Aveiro, seja na instância Câmara, seja nas instâncias que o Senhor Presidente diz estar presente também, designadamente na Comunidade Intermunicipal, não se houve falar disto – o que é uma coisa que não é de somenos importância. Obrigado”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Senhor Presidente, já por mais de uma vez se tenta insinuar nesta Assembleia que o Bloco é responsável pela não descida do IMI a nível da Assembleia da República. Isso é mentira.

A partir do momento em que vocês tentam disseminar essa mentira, já o fez o Senhor Presidente da Câmara, já o fizeram os deputados do PSD e do CDS umas quantas vezes. Enfim, se querem dizer mentiras tem de provar aqui o que não é mentira porque isso não aconteceu. Depois perguntar ao Senhor deputado se sabe como votou o seu partido a proposta do Bloco de Esquerda para que as Câmara sobre endividadas não fossem obrigadas a aplicar as taxas máximas? Eu respondo-lhe. Não aprovou essa proposta do Bloco. Portanto dizer que quem trabalha para ajudar as Câmara sobre endividadas não é o seu partido nem a maioria a que o senhor pertence.

Para finalizar. Está tão preocupado com a receita devia perguntar ao Senhor Presidente da Câmara porque é que ainda não há taxas sobre operadores turísticos de Tuc-Tuc. Licenças temporários atrás de licenças temporárias e há-de perguntar onde estão as licenças definitivas dos tuc-tuc, comboios turísticos, etc.

Quando é para cobrar IMI não há esquecimento quando é para operadores turísticos é negócio. Exatamente, está a ver como sabe. Obrigada”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Senhor Presidente, queria começar por retribuir a saudação do Senhor Dr. Salavessa e com gosto o revejo nesta Assembleia. Aliás, quando cheguei a esta Assembleia tive oportunidade de o dizer. Temos um relacionamento de longos anos. E subscrevendo o que o Dr. Jorge Nascimento disse, não é que o seu substituto o desmereça, longe disso, mas devo confessar que é sempre um gosto estar consigo.

Queria associar-me, não vale a pena formalizar o protesto, até porque o Senhor Presidente da Câmara já o reconheceu, o site da Câmara deixa de facto demasiado a desejar. Não vejo agora aqui o Dr. Cartaxo, mas recorrentemente lhe comuniquei a impossibilidade de aceder on-line aos documentos e é verdade que cada vez mais trabalhamos sem o suporte papel, mas se não tivermos acesso e ainda por cima com aquela irritante caixa de ferramentas onde diz “estamos a fazer o máximo”. Talvez se aditivar o “máximo” não seja má ideia. Mas dizer que, é reconhecido a insuficiência do site e também informar que a janela de abertura dos documentos não abre a todo o ecrã e a leitura torna-se difícil e quando é números pior.

Relativamente ao relatório propriamente dito. Eu queria referir (obviamente que reconhecemos como positivo) a redução da dívida. Registamos ainda na esteira da intervenção do Senhor deputado Salavessa, que quando se referem os indicadores de gestão, há uma pequena referência que é de inteira justiça dizer que, se aplicam ao setor privado e não propriamente para o setor público. Porque se a Câmara fosse uma

empresa privada estes indicadores seriam indubitavelmente positivos, louváveis, sem reservas. Sucede que os desvios de receitas, neste caso, traduzem-se num sacrifício aos munícipes. E portanto, quando vemos que existe desvios de receita que é explanado no documento, isso atesta que os Aveirenses pagaram mais impostos do que seria suposto pagarem — dando razão àqueles que dizem que, isto é uma decorrência de os termos tido, antes de aprovado o PAM. Ou seja, da decisão da aplicação da Taxa máxima em tudo e ao que isso conduziu.

Refere-se que as Receitas Correntes ultrapassaram em 3.9 milhões de euros, com um grau de execução de 108%, em que os Impostos diretos foi aquele que mais contribuiu para o desvio positivo e com uma taxa de execução de 119% com maior peso relativo nas receitas.

Sendo certo que, estas receitas, nomeadamente dos impostos diretos, é acompanhado de uma redução de receitas de capital. É uma observação que é feita e, portanto, verifica-se que as recitas cobrem as despesas da mesma natureza, verificando-se nesta categoria um acréscimo relativamente ao ano anterior que compara diferentemente com as receitas de capital.

Tudo isto me leva a colocar uma pergunta ao Senhor Presidente. Aliás, numa Assembleia anterior já o fiz e não me respondeu — com este desvio da receita no pressuposto da lei vir a possibilitar aos municípios PAM uma discricionariedade tributária, que a lei neste momento não permite, pois uma vez que adiremos e passamos a partir de janeiro deste ano com a aprovação do PAM, no pressuposto da lei permitir de futuro aos municípios devolver-lhe uma discricionariedade tributária, eu perguntar-lhe-ia, com estes resultados e com estas expectativas, qual a taxa de IMI em que se poderia sentir confortável. Ou seja, se continuaria na dependência desta taxa máxima (o que me parece manifestamente que não) portanto, expectavelmente, com que taxa o município se sentiria confortável?

Relativamente às reservas que são colocadas na Certificação das Contas. Três perguntas apenas, cujo esclarecimento antecipadamente agradeço. Verifica-se que não obstante a existências de bens municipais à longos anos, continuam por não suportar um cadastro de base de dados atualizado. Portanto, porque razão subsiste esta situação? Há obviamente dados que precedem este ciclo, mas na conclusão deste ciclo é uma pergunta que se justifica fazer.

A questão da razão pela qual se refere que a existência de ativos e passivos contingentes, mormente da ADRA, também estão por apurar! Portanto se têm uma ideia que nos possa densificar na medida de que esta reserva surge.

E finalmente, não obstante o Senhor Presidente à pouco dizer que a TEMA não tem qualquer expressão já, a verdade é que ela surge no ponto três das reservas dos TOC, associada é certo a mais duas empresas, com a possibilidade de terem “acarretado para o município perdas potenciais” que não perguntaria se não fosse o próprio TOC a dizer que não estando essas perdas determinadas, poderem assumir uma expressão “significativa”!? Conceito indeterminado é certo, mas receio que a expressão significativa seja isso mesmo e possa vir a traduzir-se significativamente nas Contas ainda. Muito Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Boa noite a todos. Este Relatório de Gestão e Contas, além das contas temos aquilo que essas contas possibilitaram ao executivo fazer. Em relação às Contas tivemos uma redução da dívida e mais de 15 milhões de euros e tivemos resultados operacionais positivos. Diria antes, muito positivos.

Em relação à gestão das receitas e das despesas queria referir-me a alguns pontos. Na área da Cultura, onde o Museu com gestão municipal teve e vem tendo cada vez mais exposições e mais visitantes, o que é muito positivo.

O Teatro Aveirense, com o seu novo diretor, cresceu claramente. Teve mais espetáculos, mais ocupação e mais espectadores. Tivemos este ano que passou o fim de ano em Aveiro com as Festas de Natal de Ano Novo e São Gonçálinho. Não podendo este ano esquecer aquilo que noutros anos muito era criticado. Tivemos iluminação natalícia com bonitos presépios espalhados pela cidade e uma grande e bonita árvore de natal e a celebração da festa de São Gonçálinho.

Em relação ao estacionamento pago teve neste ano que passou algumas alterações, otimizando este serviço, principalmente na zona das piscinas do sporting de Aveiro e no Bairro da Gulbenkian, onde claramente veio melhorar a situação dos residentes que passaram a ter sitio para estacionar. E neste serviço de estacionamento eu gostava só de deixar uma opinião à Câmara para fazer um estudo sobre os parques de longa duração. Eu penso que em relação aos parques de longa duração eu acho que seria bom criar um cartão de utilizador para esses parques. Que houvesse ali uma conjugação dos dias que estaciona e os valores. No fundo um cartão de libre acesso.

Em relação à mobilidade tivemos a Aveirobus. Foi o ano de lançamento desta concessão. Uma aposta clara deste executivo e desta maioria que agora já rola com mais-valia para os seus utilizadores e para os aveirenses.

Foi também o ano em que se inaugurou as unidades de saúde de Cacia e de Esgueira. E o ano em que se fez o lançamento de projetos para as unidades de saúde de Oliveirinha, Aradas, Eixo, São Bernardo, e São Jacinto.

Houve também o lançamento na área da educação (tendo esta como prioridade) a Escola Básica de São Bernardo, Escola João Afonso e Escola Secundária Jaime Magalhães Lima.

Ação Social. Tivemos a dinamização da rede social do concelho, a gestão de apoio às famílias, tivemos o lançamento de projetos de requalificação 55 fogos no bairro de Santiago.

Tivemos a preparação a preparação do projeto de requalificação nos Bairros do Caião e Griné. E tivemos a preparação de concursos para atribuição de habitação social. Isto é apoio na ação social.

Tivemos também um marco que eu considero muito importante que foi o acordo com o Beira-Mar. Foi um acordo que permitiu a regularização de alguns acordos com muitos anos e que permitiu a viabilidade de um clube que é histórico na cidade. Viabilizou o plano de insolvência do mesmo e permitiu a tão esperada expansão do hospital D. Pedro.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

“Muito obrigado. Telegraficamente eu gostaria de me associar aos outros membros da câmara que saudaram o regresso do Senhor Dr. Salavessa aos trabalhos desta Assembleia. Ele sabe a consideração que tenho por ele e é sempre com muito gosto que o vejo aqui pela sua capacidade de trabalho e pela honestidade que põe nas suas intervenções. Oxalá o velamos mais vezes.

Relativamente às questões que aqui foram colocadas eu penso que a intervenção do meu colega Manuel Prior responde a uma série de questões que tinham sido aqui levantados, nomeadamente à questão “para quem é que governa esta maioria”. Eu penso que isso foi completamente respondido pela intervenção anterior, não vale a pena sequer acrescentar absolutamente mais nada.

Mas deixem-me chamar atenção para um ponto que não me canso de aqui focar. O problema maior que esta Câmara tinha quando começou a sua atividade era claramente o problema da dívida na relação com os seus credores. É indiscutível que para além do abatimento da dívida a relação com os parceiros da Câmara foi modificada substancialmente. Foi reconquistada a confiança que havia anteriormente na Câmara Municipal. E isso é uma condição básica para que a Câmara continue a trabalhar.

É evidente que quando tivemos períodos de menor cuidado com as finanças públicas mais dia, menos dia, somos nós que as temos de pagar. Isso acontece na nossa vida, acontece com o país e acontece com a Câmara - não há volta a dar.

E portanto, o que nós temos é de louvar a coragem de quem perante uma situação grave, enfrentou como devia enfrentar. Isto é, se me permitem, expressão popular “agarrou os bois pelos cornos”. Portanto foi isto que este Presidente fez e é isso que tem de ser feito. Independentemente de daí resultar alguma impopularidade temporária de pessoas que eventualmente não perceberam muito bem a gravidade da situação que foi encontrada.

Portanto eu penso que este executivo está de parabéns e os aveirenses o reconduzirão como manifestação de agrado pelo que foi feito até agora.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[017](#)

“António Salavessa, para além de o saudar, dizer-lhe que já estamos a fazer o procedimento concursal no quadro do projeto administrativo, para o nosso site com mais quatro municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, um projeto financiado por fundos comunitários.

Estes dias têm sido duros. Hoje eu próprio, entre as onze da manhã e as quatro da tarde, estive impedido de manusear o meu email porque também estamos a fazer a instalação de toda a nossa informação no novo servidor que tivemos que comprar porque o actual, quase está na pré-rotura, com todos os riscos.

Nestes últimos dias temos tido mais tempo de inoperacionalidade em relação à totalidade da nossa informação do que é normal por esta alteração de servidor.

Mas agora importa fazer aquilo que não foi feito e temos que ir vivendo para que nos próximos tempos possamos ter estas competências ao mais alto nível, como a esmagadora maioria dos municípios portugueses já tem e nós também vamos ter.

Em relação à sua introdução sobre estilos e palavras, não a partilho. Discordo completamente — acho que isso não interessa para nada. V. Ex.a divertiu-se com isso e é sinal que não há muito mais para dizer no que respeita à substância e aqui o que interessa é a substância objectivamente.

A nossa relação com os nossos cidadãos é permanente e isto é um documento formal que temos, por obrigação, que o cumprir, os cidadãos sabem o que fazemos, falamos com eles todos os dias, temos uma relação de informação regular por outra via, agradecemos, recebemos agradecimentos, gerimos queixas e reclamações numa relação directa e muito simples. Portanto, este documento é muito importante como sabemos, mas sabemos também que não tem importância nenhuma naquilo que respeita à relação de uma Câmara Municipal com os seus concidadãos. O que é importante é, de facto, a sua visão absolutamente parcelar que distorce a verdade e isso, obviamente, tem que ter a minha total discordância em relação à sua intervenção porque, de facto, para quem ouvir a intervenção com atenção, como eu o fiz, até parece que pagámos, pagámos, pagámos, sacrifícios, sacrifícios, e que a nossa Câmara anda aqui a brincar e a pôr o dinheiro nos canais ou no lixo ou sei lá onde. É bom que complete a sua visão dizendo que, de facto, pagámos muitas dívidas e pagar dívidas para os cidadãos é muito importante. Nós, pelos resultados operacionais positivos, por uma parte dos resultados

operacionais positivos, que foi o saldo do exercício de dois mil e quinze, pagámos dívidas de três vírgula cinco milhões de euros em abril de dois mil e dezasseis a quatrocentas entidades: clubes desportivos do nosso município; cidadãos, nomeadamente a quem a Câmara tinha comprado terrenos há muitos anos ou ocupado terrenos há muitos anos e que nunca pagou; a todas as nossas Juntas de Freguesia pagámos cinquenta por cento da nossa dívida; a muitas pequenas empresas de cidadãos do nosso Município. Portanto, o pagamento da dívida tem uma importância social enorme e esse objetivo foi cumprido e bem cumprido. Mas fizemos mais. Hoje, reconhecidamente, e alguns dos senhores membros referiram-no e não vou repetir para não cansar, naquilo que foi o investimento de qualificação do espaço público, por exemplo, a melhoria é clara e esmagadora. Nós passámos de anos com cento e cinquenta a duzentas reclamações e pedidos de indemnização, maioritariamente pagos, reconhecidos como culpa da Câmara, pelo péssimo estado das nossas estradas, para situações que em dois mil e dezasseis passaram para dois casos que tivemos. Isso tem uma importância enorme para os cidadãos.

A Rita Batista falou do Fundo de Apoio às Famílias porque, de facto, passou a haver Fundo de Apoio às Famílias, coisa que nunca houve na nossa Câmara Municipal. Embora a outra parte que não foi executada tem a ver com procedimentos que já aqui falámos e que vocês conhecem, nomeadamente aquilo que respeita ao maior valor que estava em Orçamento e que é a requalificação dos cinquenta e cinco fogos do Bairro de Santiago, porque lançámos o concurso duas vezes e para o lançarmos tínhamos que ter dotação orçamental, mas como por duas vezes não tivemos empresas para poder sequer adjudicar a execução foi zero. Sabeis, já o anunciei, está na informação e conversámos sobre isso no ponto anterior, temos já o processo adjudicado e vai ser executado este ano. São questões muito objetivas e não é agora este discurso completamente mentiroso de dizer que não se fez o social e fazer comparações que não têm nem pés nem cabeça. Diz a Rita Batista que tínhamos cinquenta mil euros no Fundo de Apoio às Famílias e só executaram onze milhões. Todos os processos do Fundo de Apoio às Famílias que entraram tiveram como resultado um apoio financeiro e a nossa previsão estava feita como nós gostamos, por excesso. A execução foi de onze milhões de euros, se fosse de quarenta milhões era de quarenta milhões; a deste ano já ultrapassou os onze milhões mas não sei se vai chegar aos cinquenta milhões que temos no orçamento. Não tem nada a ver com um suposto chumbo de todas as candidaturas. Não tem nada a ver com isso até porque o processo não se faz por pedido; o processo faz-se na interação entre os serviços da Câmara Municipal, a rede social e os cidadãos que têm necessidades. Depois, tudo o resto, as obras que se fizeram, ainda agora o Manuel Prior dava o exemplo de duas importantíssimas para os nossos concidadãos de Cacia e de Esgueira que tinham condições na prestação de serviços primários de saúde que com toda a boa vontade dos contentores e da sede da Junta de Freguesia enfim eram incomparavelmente piores do que aquilo que temos hoje, com edifícios de grande qualidade que nos custaram muitos amargos de boca e muitos problemas para resolver para conseguirmos coloca-los ao serviço dos cidadãos. É aqui que está o dinheiro das pessoas e não num firmamento qualquer estranho ou no universo ou numa conta perdida. Foi para aqui, para os serviços.

Agora, há uma outra coisa que é importante e qualquer dia vamos apresentar números rigorosos para acabar esta conversa que é muito demagógica. Apenas quarenta por cento dos munícipes de Aveiro pagam IMI, há uma grande percentagem, a maioria, que não paga IMI e há ainda uma percentagem desses que não pagam, que é maioritária nos que não pagam, que não pertencem a agregados familiares que pagam IMI e que pertencem a agregados familiares que são, por exemplo, inquilinos e que não pagam

IMI. Estes tiveram redução da sua carga fiscal. Pequena, é verdade mas redução. Deixaram de pagar taxa de Protecção Civil, em dois anos acumulados baixámos trinta por cento da taxa de resíduos sólidos urbanos e nem o agravamentozinho que fizemos no IRS logo no nosso primeiro mandato tapa estes outros ganhos porque ele foi apenas de nove euros por ano e estes dois ganhos que eu referenciei são muitas vezes, várias vezes superiores a nove euros. Isto aconteceu neste mandato. Os nossos cidadãos mais carenciados, com menos rendimento, têm hoje uma carga fiscal inferior àquilo que tiveram, nomeadamente no mandato anterior. Isto é o que é, não vale a pena. Além disso, mesmo os que pagam IMI, nomeadamente as tais sete mil famílias que têm crianças a cargo, que têm filhos dependentes, tiveram em dois mil e dezasseis, como estão a ter em dois mil e dezassete, acesso a um desconto entre dez a vinte por cento, o que somando ao coeficiente de localização que baixou nalgumas das nossas zonas, neste grupo de contribuintes de IMI, tivemos municípios que passaram a pagar menos IMI quer em dois mil e dezasseis face a dois mil e quinze, quer agora em dois mil e dezassete face a dois mil e dezasseis. Além, mas isso será conversa para a avaliação de dois mil e dezassete, do que já está a acontecer, as pessoas já começaram a receber as suas notificações, com a redução dos tais dez por cento por força de termos passado a taxa de zero cinco para zero quarenta e cinco porque a Lei do Orçamento do Estado da actual maioria parlamentar nos permitiu usar o intervalo e a nossa decisão política foi usar o limite inferior do intervalo. E esta é a verdade porque às vezes há aí umas mentiras de que foi agora a Geringonça que nos deu isto. Tomáramos nós, respondendo à questão que o Filipe Neto Brandão colocou, já o disse aqui e o Sr. Dr. Sabe porque tem boa memória, e repito que a nossa taxa que entendemos necessária para a nossa gestão financeira naquilo que é o equilíbrio entre pagar agora o nosso serviço da dívida com o FAM e uma capacidade de investimento que entendemos sermos capazes de ter no equilíbrio dos factores que temos para cumprir no nosso programa é zero quatro. Já o disse, está dito e está repetido hoje. Achamos a taxa de zero cinco uma violência fiscal, é um exagero, sempre combati, como Vice-presidente da ANMP, junto do Governo do meu próprio partido essa cegueira do zero cinco porque, de facto, é excessiva, como continuei a combater com o actual Governo o zero cinco que é excessivo e o zero quarenta e cinco que é também excessivo. Vamos baixar para zero três? Não podemos. Seria um acto da mais absoluta irresponsabilidade porque, obviamente, é preciso pagar a dívida. Às vezes, há quem diga, que já há dinheiro e estamos no melhor dos mundos. Esperem aí! Não há dinheiro nenhum, nós continuamos a ter a mesmíssima dívida para pagar que apenas mudou de sítio. Temos um Fundo que nos financia e que nos permite pagar a quem devemos e ficamos a pagar ao Fundo. Obviamente que usando uma parte do nosso saldo vamos conseguindo baixar a dívida total. Esse é o grande objetivo. O nosso programa fixou dois mil e vinte e três para atingirmos, finalmente, o equilíbrio, o tal um ponto cinco, na relação entre a dívida e a nossa receita. Também está assumido com clareza acharmos que há condições objetivas continuando a boa gestão que temos tido de ganhar dois ou três anos, antecipar em dois ou três anos, essa chegada a esse equilíbrio e que provoca o quê? A nossa libertação dos constrangimentos da lei FAM. Mas, e agora dirigindo-me para os partidos da nossa maioria parlamentar, ainda agora o Sr. Ministro Eduardo Cabrita cá esteve na nossa Universidade, está assumido pelo Governo, repetido pelo ministro Eduardo Cabrita ainda agora na audição parlamentar sobre o processo de descentralização, que durante o primeiro semestre de dois mil e dezassete iremos ter uma Proposta de Lei do Governo para alterar o actual regime FAM desonerando o regime pesado sobre os municípios. Está dito pelo Sr. Ministro, embora atrasado porque ele já tinha dito para ser feito durante o ano passado e depois houve o adiamento do primeiro semestre. Estamos em linha. Já passou metade do primeiro semestre mas ainda falta

segunda metade. Agora, deem lá uma ajudinha mas não se ponham a olhar para o PSD e para o PP. O PSD e o PP são oposição, quem governa é quem manda é quem condiciona. Eu sei que, principalmente a CDU/PCP e o Bloco, têm sempre esta atitude mística e mista de estarem dentro e fora ao mesmo tempo, é o vosso exercício demagógico, mas quem governa, governa e não há dúvida nenhuma, especialmente nos momentos capitais, de que este governo está assente numa maioria parlamentar do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista e os Verdes. Esta é a matéria objetiva em relação a esta circunstância total em que nós vivemos no ano de dois mil e dezasseis e em que vivemos atualmente.

A Aida Tavares colocou aqui algumas questões. A primeira em relação àquilo que está dito no relatório dos nossos Revisores. O não acesso aos documentos das Empresas tem a ver com os documentos finais fechados porque eles só se fecharam depois da nossa equipa de Revisores ter fechado o nosso. Eles agora já estão ao dispor e portanto é uma não questão, além de saberem de tudo porque temos um revisor que trabalha connosco todas as semanas. Este não é daqueles revisores que vem cá ver os documentos na semana antes de fazer o relatório. Nós temos um excelente Revisor que nos acompanha regularmente, tem acesso a tudo, e que nos ajuda muito, nomeadamente por força do nosso processo PAM.

Em relação à outra nota que está dita, e bem, que não cumprimos os limites de endividamento e a lei dos compromissos, toda a gente sabe disto. Há alguma novidade? Só para quem anda distraído, não há novidade nenhuma. Sabemos isto dito por nós próprios. Agora, Aida Tavares, isto não tem nada a ver com nulidades de contrato porque uma das coisas boas que o nosso regime FAM nos dá, além da proteção às penhoras, etc., do ATU que tivemos de empréstimo de tesouraria, dá-nos também a cobertura legal para estarmos de bem com esse incumprimento dessas duas leis. São as tais coisas de quem é contra, como o Movimento Independente, o nosso PAM ainda não percebeu, nem quer perceber, mas são objetivas. Nós estamos bem e não temos nulidade de contractos, aquilo que disse é correcto, porque sendo Município FAM estamos cobertos por esse outro regime que nos permite gerir como gerimos. Agora é que a conversa está a mudar, obviamente, com a chegada do Visto e com a transição toda que agora estamos a fazer e que, em princípio, se consumará no próximo dia dezanove de abril com a aprovação do novo mapa de fundos disponíveis e a entrada no nosso cumprimento pleno acabou a conversa e passamos à normalidade de quem tem que cumprir plenamente a lei dos compromissos e de quem tem que cumprir os limites do endividamento porque a cobertura FAM deixa de se aplicar a essas coisas. Assim como, tal como referiu a Dra. Ana Seiça Neves, cada vez mais o nosso relatório de contencioso vai reduzindo... e vai reduzindo mais porque a maior parte do nosso contencioso é financeiro, estamos a chegar a acordo, a fechar acordos e a pagar a toda a gente, e, portanto, o contencioso financeiro acabou. Acabando também a cobertura que tínhamos, boa, fundamental, de nos protegermos contra as penhoras e nós passamos a ter que pagar a toda a gente dentro do regime legal, como já fazemos com a despesa nova desde o início de dois mil e quinze. Para o ano o relatório dos revisores já não vai aparecer isto escrito, como não pode deixar de ser. Mas agora escreveram e escreveram muito bem.

Dr. Jorge Nascimento, enfim, em relação aquela história dos documentos. Os documentos são elogiosos, elogiam aquilo que aconteceu de bom, dão mais importância àquilo que aconteceu de bom, àquilo que aconteceu de mau ou onde não cumprimos objetivos. Embora dizendo com clareza, logo no início dos primeiros parágrafos, porque é que a coisa não foi ainda melhor, nomeadamente por não termos conseguido ter o Visto do PAM. Há uma coisa que eu anoto com alegria, independentemente de vocês,

oposição, acharem que isto é elogioso e a posição acha que está tudo muito bem, é a dialética normal e democrática e correcta: é que não há aqui nada que seja falso. De facto, o que está aqui e que diz que aconteceu aconteceu mesmo, não inventámos nenhum evento, nenhuma obra, nada. O que está aqui é a verdade objetiva quer nos acontecimentos de vária natureza, quer nas contas. É mesmo verdade. Isso, quer a quem elogia muito, quer a quem elogia um bocadinho, quer a quem critica, é uma coisa comum a todos: o que está aqui é verdade. Foi mesmo o que aconteceu e, por isso, o sinal é mesmo positivo. Muito positivo, só um bocadinho, já depende de quem olha, está tudo certo, mas tudo é verdade, é mesmo o que aconteceu neste ano que foi um bom ano de dois mil e dezasseis.

A outra nota Dr. Jorge Nascimento, é que o nosso ritmo de pagamento de dívida, por ano, é ligeiramente melhor da que a que tivemos nos dois mandatos anteriores. Mas é parecido, é verdade o que disse.

Agora há de facto a outra verdade e que é muito importante. É que agora fazemos e naqueles oito anos fizemos muito pouco. Os grandes ganhos de despesa foram ganhos naturais: foi a saída de duzentos e cinquenta trabalhadores para a AdRA, foi o fim dos contratos a prazo. Todo esse pacote brutal que valeu só por si, por ano, um valor idêntico ao valor que se reduziu na dívida. Só por si, aquilo que a Câmara ganhou na poupança só por esse fim dessa despesa ao nível dos recursos humanos. Essa é uma diferença monumental. Continuar a pagar a dívida a ritmo ligeiramente mais intenso e aumentar muito a capacidade de fazer, a obra feita, os projetos lançados, a conquista de Fundos Comunitários, o apoio social, o investimento na cultura, etc., etc., etc.

Em relação ao resultado positivo, os resultados operacionais que se referem são a aplicação directa e estrita, no ano de dois mil e dezasseis, daquilo que foi a receita produzida e a despesa produzida. Nessa leitura linear, estritamente aplicada ao exercício, há um resultado operacional da operação do exercício de dois mil e treze que é positivo, tem os tais cerca de treze milhões que estão referenciados no documento.

A questão que colocou com a Universidade é o nosso trabalho de cooperação com a Universidade e com algumas empresas para que alojamento disponível tenha sido contratualizado com a Universidade para alojar estudantes. Um dos exemplos mais perto de nós é a maior parte daquele edifício do grupo Visabeira que fica ao lado da Estação. Fizemos a ponte para uma empresa que é muito importante para nós, não esquecendo que é nossa sócia na PDA. Foi uma das operações em que essa ponte foi feita. Além de uma outra, de um edifício que está em fase de acabamentos, está a acabar o alvoreamento, junto ao Campus da Universidade do lado de Santiago antigo, lado sul; essa ponte também foi feita por nós e é um investidor da nossa cidade. Portanto, é este tipo de trabalho muito importante de parceria para colocar o nosso investidor privado a ganhar o seu dinheiro, obviamente, mas também a prestar um serviço que tem um interesse público relevante.

Quanto à revisão do PDM o ano foi útil mas foi excessivamente gasto nos pareceres das entidades à caracterização. De facto, o nosso cronograma vai ter que ser ajustado porque o mês de parecer foi transformado em quatro meses e vieram alguns pareceres de dezenas de páginas para nós tratarmos e fecharmos a primeira parte do processo e que é a tal fase da caracterização. Mas enfim é o país que temos, o país funciona assim e nós temos que pedalar. Não conseguimos pedalar contra tudo e contra todos como é evidente.

Dr. Jorge Nascimento, a obra que falou da ciclovía é uma obra Polis. Aliás, o texto di-lo logo em cima. É uma obra Polis e faz parte da tal rede de ciclovias de toda a Ria de Aveiro. Nós só aqui destacámos o troço que respeita ao nosso Município mas que vai engatar a sul no Município de Ílhavo e a norte no Município de Estarreja. É a rede de

ciclovias que desenhamos e que estamos a executar no Polis. Neste momento, só para lhe dar toda a informação, está o processo em fase final de Visto do Tribunal de Contas para poder arrancar a obra. Quanto à política de mobilidade, o nosso plano está em fase final de elaboração, pegámos no plano que já estava a ser feito, tivemos um compasso de espera muito especialmente por força do PIMTRA e do PEDUCA para integrarmos o trabalho que foi feito quer no PIMTRA, quer no PEDUCA, no nosso plano para o ter atualizado. Tínhamos já uma boa base que herdámos do mandato anterior, temos a obrigação de somar estas duas peças para termos um plano atualizado e com qualidade, como vai ser o nosso plano. Quanto aos dossiers com a Administração Central a luta continua com muito trabalho. Na ferrovia já acionámos outro tipo de possibilidades e que estão neste momento em estudo. Com o Hospital de Aveiro é bom lembrarmos o dia dez ou doze de outubro em que assinámos o tal memorando “Mais conhecimento e Mais saúde em Aveiro” muito importante para o futuro do nosso Hospital e do nosso centro Hospitalar, cuja equipa técnica já teve várias reuniões e está a fazer o trabalho para concretizarmos os objetivos que estão nesse documento.

Quanto à rodovia Aveiro-Águeda, Sr. Dr Jorge Nascimento, está assumida como prioritária no PIMTRA e é uma luta que fizemos. Está colocado na proposta de pacto ao Governo de financiamento num pacote chamado “Vias para a competitividade”. É um trabalho que continua na luta junto do Governo, nas negociações com os fundos comunitários e neste momento depende das decisões do Governo facultar ou não facultar o acesso a Fundos Comunitários para cofinanciar. Os Fundos existem, a possibilidade legal existe, só que ainda não convencemos o Governo a disponibilizar-nos esse fundamental mecanismo de apoio. Sem ele nós não conseguimos executar o investimento na ordem dos cinquenta milhões de euros para vinte e dois quilómetros de extensão de via. Como é óbvio precisamos do Fundo Comunitário para podermos pôr mãos a essa obra se não, não é possível, não temos recursos para isso.

Dr. Jorge Greno, agradecer a sua intervenção com esta nota de destaque. A necessidade da importância capital da continuidade deste trabalho. Este trabalho é forte na conquista de apoio ao investimento, forte dentro do realismo da nossa vida naquilo que é a nossa capacidade de investir, mas forte também naquilo que é o nosso programa para pormos a nossa Câmara na relação correta com a lei no único elemento que vamos estando em incorreção, embora autorizados, que é chegarmos ao tal um ponto cinco que é o limite do desequilíbrio tolerado pela Lei entre a dívida total e a receita. Vamos continuar com mais capacidade ao nível desta relação de pôr em ordem o estrago e de fazer investimento material e imaterial, mas é um esforço que exige uma continuidade. No próximo mandato, garantidamente, mas será preciso mais futuro além do próximo mandato que é capital, capitalíssimo, para consolidar este caminho num espaço fundamental de aproveitamento do Quadro dos Fundos Comunitários do Portugal2020. Como sabemos, este mandato apanha o arranque e é o próximo que apanha o bolo forte em termos de execução.

Neste mesma linha agradecer a nota ao Paulo Marques nomeadamente ao lembrar a responsabilidade de quem tem responsabilidades em termos de produzir legislação a nível nacional.

Filipe Neto Brandão, só deixar uma ponta adicional. A redução na receita de capital tem muito a ver com a transição do QREN para o Portugal2020. Há uma baixa na fonte de receita principal que são os Fundos Comunitários. É a natureza da coisa. Vamos ter também, neste ano, de dois mil e dezassete um valor ainda baixo porque a execução dos Fundos Comunitários vai ser ainda baixa. Passaremos a um ciclo alto especialmente nos três próximos anos, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, porque é aí

que o grosso da execução financeira dos Fundos Comunitários que já estão na nossa mão vai acontecer. Isso vai fazer disparar a receita capital em termos de execução.

Em relação às reservas há uma questão muito simples. As duas primeiras questões têm a ver com impossibilidade dos nossos recursos humanos de fazerem esse trabalho. Os nossos auditores conhecem essa dificuldade... não era possível, não era humanamente possível para a nossa equipa administrativa e financeira que teve todo este calvário brutal de trabalho à volta do PAM e à volta do PAM há mil coisa e daqui a bocado vamos falar de um exemplo que deu uma trabalhadeira brutal à equipa, que é este processo da família Ramos. Há aqui matéria que tem que ser feita por nós, não vale a pena estarmos a comprar uma prestação de serviços externa porque a maior parte do trabalho tinha sempre que ser feito pelos nossos próprios recursos, para que essas componentes que são importantes, não são fundamentais, as pormos também em ordem. Julgo que não é possível acabarmos com as duas reservas ainda este ano de dois mil e dezasseis mas, garantidamente, até ao final de dois mil e dezoito será objectivamente possível acabar com estas duas reservas.

Já em relação à expressão das perdas significativas está tudo dito e está tudo visto. O fim das nossas empresas municipais e a sua internalização tem perdas significativas porque quem tem que tapar os buracos e pagar a dívida, objectivamente não há dúvidas, é a Câmara. Portanto, o que está dito está dito e bem dito. Os auditores sabem bem qual é a dívida e também sabem como é que ela vai ser paga, pelo empréstimo do FAM. Mas naquilo que respeita ao exercício de dois mil e dezasseis o que está dito está dito. Aliás, só neste segundo trimestre do ano é que começamos, como sabeis, a pagar no âmbito da planificação do PAM as dívidas do PAM.

Só uma nota adicional àquilo que disse o Manuel Prior que são as outras coisas. De facto, o acordo do Beira Mar é muito importante, é muito expressivo, e é um bom exemplo da mobilização dos aveirenses para esta causa. Houve tanta gente com medo, com bocas no facebook, então há aí um camarada vosso que passa a vida no facebook a mandar bocas sobre tudo o que a gente faz e quando foi sobre o dossier do Beira Mar aquilo é que foi lê-lo — e pessoas com responsabilidade no dossier ainda por cima.

Este dossier do Beira Mar, honesto, sério, e que tanta gente disse que ia ser a revolução das revoluções, está tranquilo porque as pessoas mobilizaram-se e envolveram-se para serem parte da solução e não como alguns que só sabem ser parte do problema.

Do Tribunal de Anadia. Sra. Dra. em termos de localização física porque foi no Tribunal de Anadia, em termos de coisa física, que a minha alma esteve com as outras almas naquele processo, mas reconhecendo que aquilo que disse é corretíssimo. Estive no Tribunal de Anadia, coisa física, na coisa formal estive no Tribunal do Comércio de Aveiro. Eu nestas coisas gosto mais de falar numa linguagem que as pessoas percebiam. Se eu tivesse dito e tivesse escrito na nossa nota de imprensa que estivemos no Tribunal do Comércio de Aveiro seguramente que alguém me diria que o Tribunal de Comércio de Aveiro está em Anadia, portanto, o Sr. Presidente foi incorreto e localizou fisicamente mal a coisa. A verdade é que estamos de acordo e esperemos que o Governo actual consiga fazer aquilo que o anterior e outros anteriores não conseguiram e que é acabar com esta vergonhosa geringonça que nós temos de Tribunais, com Tribunais fora do sítio em termos da localização física, Mas também fora do sítio dentro da cidade como é o caso dos nossos Tribunais de Família e Menores e o do Trabalho que estão fora do sítio, como todos bem sabemos. Nós queremos-os no seu sítio e temos propostas muito objetivas para o Governo.

Agradecer a todos o contributo da avaliação que confirmou que o resultado do ano de dois mil e dezasseis foi mesmo muito positivo.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP):⁰¹⁸

Presidente da Mesa em Exercício⁰¹⁹

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda gostaria de saber como se gasta onze mil euros em ação social e se acha que o trabalho está feito. Ou não é conhecer a realidade do concelho ou é limitar a quem chega à Câmara um apoio muito diminuto.

Quando temos um presidente que diz que está em contato constante com as pessoas, achar que se gasta onze mil euros em ação social e não há mais nada a fazer é viver desfasado da realidade.

Em relação ao IMI. Afirmou aqui que taxa de 0.3% nem pensar. Eu gostava que respondesse às pessoas que taxa de 0.3% nem pensar, nomeadamente as que usam a casa para uso permanente, como é que justifica não haver uma majoração máxima para quem deixa degradar o edificado do qual é proprietário. Justificar ainda mais quando na atividade municipal de abril apresenta como grande prémio aos proprietários de edificado degradado benefícios fiscais para que possam proceder ao que são obrigações e que quem paga IMI e cumpre não tem benefícios fiscais.

Só nota final em relação ao Beira-Mar. Gostava de deixar a pergunta ao Senhor Presidente a quem é que beneficiou a venda das piscinas? Não foi de certeza aos aveirenses, não foi à Câmara e não foi certamente ao Beira-Mar. E portanto dizer que este processo não foi bem conduzido. É importante salientar que quem sai vencedor é um importante especulador imobiliário que fica em posse de um terreno em zona nobre. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Só dizer à Rita Batista que tem este condão de adular o que eu digo. Fique com as suas mentiras e as suas habilidades discursivas que eu fico a trabalhar para os cidadãos com toda a seriedade e com todo o rigor e com toda a dedicação. Vivemos em mundos diferentes. Seja feliz no seu que eu estou a ser muito feliz no meu onde estão os nossos cidadãos porque no seu não há ninguém, está absolutamente sozinha.

Estamos a fazer trabalho, estamos a tentar pressionar um bocadinho quem tem casas devolutas, em mau estado, para os incentivar a pô-las bem porque é isso que nós queremos. Nós não queremos que as pessoas paguem mais IMI. Veja a sua contradição: por um lado já pagam muito mas por outro lado quer que as penalizemos para pagarem mais. Nós não, nós queremos incentivá-las para que resolvam os problemas, nalguns sítios graves, de pré-ruína. É isto que nós queremos. Portanto, em vez de trinta por cento majorámos só dez e temos um vasto mecanismo de incentivos, dos tais benefícios fiscais, para que as pessoas possam fazer aquilo que até hoje não fizeram. Esta é a filosofia. Para si, neste caso, funciona ao contrário. Afinal é uma coisa má nós descontarmos, desonerarmos os custos fiscais, bem entendido, da reabilitação urbana. Para nós é uma coisa boa.

E lembrar-lhe que esse negócio inacreditável, das coisas mais chocantes, que eu já vi na minha vida em termos de gestão municipal, que é o negócio das Piscinas do Beira Mar não é da nossa responsabilidade, tivemos sempre uma atitude muito clara sobre esse dossier. É um assunto de outro tempo em relação ao qual a nossa posição está clara e cristalina. Essa sua atitude de desvirtuar a realidade, enfim, fique lá com a Piscina do

Beira Mar como se tivesse sido em dois mil e dezasseis, no meu mundo ela é bem anterior ao exercício das nossas funções na gestão da Câmara Municipal e temos ideias muito claras e repetidamente ditas na praça pública sobre aquele inacreditável e mau negócio que foi feito, da responsabilidade da nossa Câmara Municipal mas com outra gente que foi devidamente derrotada na última eleição autárquica. E as eleições servem para arrumar as contas políticas. Pelos vistos quem perde tão violentamente como o Bloco de Esquerda nunca tem as contas políticas arrumadas. Mas isso são as dores de quem perde violentamente como vocês, nós humildemente com a nossa vitória procuramos trabalhar, fazer bem, fazer o melhor possível, lutarmos pelo aproveitamento de oportunidades para resolvermos problemas e isso teve do ano de dois mil e dezasseis um contributo muito positivo e uma base importante para que dois mil e dezassete, o ano em que já estamos prossiga este caminho positivo para que o nosso Município resolva os graves problemas que tem e cresça dando mais qualidade de vida àqueles que cá vivem, àqueles que cá trabalham e àqueles que por cá passam algum do seu tempo de lazer e de cultura.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²³ Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2016, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD13+CDS6+IND1), onze abstenções (PS8+PCP1+IND2) e um voto contra (BE1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰²⁴

“A abstenção do PCP neste ponto, significa não reservas formais sobre os aspetos técnicos dos documentos, mas discordando contudo do registo político que nele está plasmado.”

Vogal Rita Batista (BE):⁰²⁵

“Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda vota contra esta prestação de contas. Sendo um voto político é uma prestação de contas que vai ao encontro da governação de Ribau Esteves. É uma política onde maximiza os impostos cobrados aos Aveirenses e minimiza as obrigações, designadamente a ação social e serviços públicos.

E portanto, dizer que não nos revê-mos nesta governação como não nos revê-mos nesta prestação de Contas — e como tal votámos contra.”

Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2016 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No seguimento da informação [026](#) prestada no ponto anterior, o Presidente da Câmara não fez introdução aos documentos neste ponto da ordem do dia.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [027](#)

“Bem, estamos a dar cumprimento a algo que decorre da lei. O senhor Presidente na sua intervenção anterior deu algumas explicações. O PCP tem tomado posições políticas públicas sobre estes processos e pela forma como tem decorrido a transição. Dou-as aqui como invocadas e é com pena que registamos o encerramento de empresas que podiam ter prestado um bom serviço, porque não há nada que impeça que uma empresa municipal não preste um bom serviço. Entretanto estamos obrigados a isto. Ponto final.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Senhor Presidente, a posição do Bloco de Esquerda é conhecida, nós eramos contra as empresas municipais, sempre defendemos a sua internalização. Obviamente que quando falamos neste momento da MoveAveiro é impossível não falar do que foi a concessão. E quando olhamos para os números da MoveAveiro. Nomeadamente da Moveparque e percebemos que ao ano há uma recita na ordem de 1 milhão de euros, fica a questão de como é que o Senhor Presidente continua a justificar a concessão sabendo que tem uma receita que podia cobrir a gestão deficitária dos transportes?

E devo referir também que foi tão rigoroso nos números quando foi o momento de anunciar a decisão do executivo pela concessão. Foi tão rigoroso e agora tem uma atitude tão sobranceira sobre o que tem sido as alterações que houve a partir de 1 de abril nos transportes. Ainda não se ouviu um número de quanto terá custado e vai custar nas Contas da autarquia. E para já é isto.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [029](#)

“Nesta Assembleia quando foi criada a MoveAveiro manifestei-me contra porque entendi que essa era uma forma de a Câmara se demitir das suas responsabilidades e se furtava ao controle mais direto das necessidades municipais.

Isso aconteceu e já expressei aqui, sabendo que esta situação de extinguir é uma obrigatoriedade legal, que acabaria por se traduzir num bem porque a Câmara deixaria de fazer transferências regulares de montantes elevadíssimos, mas estou convicto que não deixará de acontecer com a empresa. E nós de há uns tempos a esta parte, desde que a empresa funciona, vemos aí uns autocarros sem dúvida de melhor qualidade, mas vemos reclamações dos munícipes (até já aqui esteve um senhora que apresentou reclamações) e o Senhor Presidente disse que tudo iria ser mudado e eu gostaria de saber o que é que já mudou no sentido de deixar ou não deixar os protestos dos munícipes.

O Senhor Presidente lá terá a sua interpretação mas eu espero que não seja como aquela outra em que aqui nos apresenta relativamente ao IMI.

Eu peço desculpa, mas há uma semelhança de procedimentos penso eu. E fico sempre com a dúvida quando o Senhor Presidente fala daquele imposto era obrigatório ser aplicado por um valor superior, eu digo não.

Quando esta Câmara fixou em 0.45 era obrigada a fixar. Porque essa taxa saiu por obrigatoriedade de lei menos para os municípios que tinham FAM. Mas lembro ao Senhor Presidente que nessa altura em que trouxe a esta Assembleia esse aumento, este

Câmara não tinha FAM nenhum. Portanto penso que essa sua argumentação é completamente falsa.

Por efeito de uma proposta apresentada na Assembleia da República que determinou que o valor máximo é de 045. No meu entendimento.

Também o Senhor Presidente vem aqui à semelhança do que acontece com os transportes e diz-nos que só 40% dos aveirenses pagam IMI.

E eu pergunto ao Senhor Presidente se há alguma diferença para si pagar direta ou indiretamente? Isto é, se os aveirenses em geral não moram numa casa. E se quem lhes proporciona a oferta de habitação não têm de acrescentar na renda o valor do IMI. É que o IMI é um custo.

É por isso que nesta cidade de Aveiro já não se consegue apartamento T1 a menos de 400 euros e outrora era por 300 ou menos. Esta é a regra do mercado, Senhor Presidente.

Mas a questão é esta. Saber se sobre os não proprietário incide ou não esta questão da taxação e do pagamento do IMI por parte de quem tem de alugar. E portanto neste ponto eu gostaria de aproveitar esta sua discussão para que o senhor Presidente informe então o que é que já melhorou nos transportes. O Senhor Presidente disse que iria aí aparecer alterações para as correções do tempo de espera e maior frequências de carreiras, essas coisas todas que trazem no fundo a suposta melhor oferta de serviços de transportes a quem deles necessita. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [030](#)

“Bem, neste ponto três leio “Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2016 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.. Aqui não vejo apreciação do IMI, não vejo apreciação de outras coisas. Não vejo apreciação da nova concessão dos transportes, não vejo nada disso. Portanto eu lamento muito que se faça esta interpretação da ordem de trabalhos. Se calhar a ordem de trabalho tem de começar a ser escrita em linguagem precisa do que está.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [031](#)

“De forma breve, agradecer a todos o apoio ao documento e a avaliação positiva que fizeram, por acção ou por omissão. De facto foi também um ano positivo para esta componente do universo municipal que são as empresas, seguindo o caminho da opção política que tivemos de acabar com as empresas e do cumprimento da lei, como é evidente.

A Rita Batista coloca uma questão sobre as receitas da MoveParque mas não esqueça as despesas. O balanço da MoveParque é positivo, nós temos receitas superiores às despesas, mas há despesa. Temos os ordenados pagos, todos os parcómetros, o investimento que fizemos, está tudo pago. Esta coisa de que temos uma receita de um milhão e está feita a festa não é verdade. Temos uma despesa que anda, em regra, entre os seiscentos e os setecentos mil euros ano. Tem que ser paga e está paga. Há é uma contribuição da MoveParque para tapar o mega buraco que a componente rodoviária e marítima sempre produziram. Na nova vida a nossa lógica, como já assumimos, é usar essa receita, esse saldo, que vai continuar a acontecer para os investimentos de qualificação urbana do espaço público agregado às zonas de estacionamento pago. Esta

é uma lógica muito clara e muito objectiva que nós temos materializado. Lembrar só, não vou, obviamente, alimentar discussões de matérias fora do ponto, mas tem a ver parcialmente com a vida da MoveAveiro, que as alterações foram no dia seis de março e não no dia um de abril. Eu já disse, está dito, está escrito, que ainda não acabaram as negociações entre a Câmara e o nosso concessionário e que, no máximo, o impacto financeiro máximo que poderia vir a acontecer era de dez por cento sobre aquilo que é o custo que hoje temos com o nosso concessionário, por força do financiamento quer da operação, quer da componente social. Está dito com clareza meridiana. Nós temos um custo de um milhão e no máximo aquelas alterações poderão custar-nos mais dez por cento desse custo. Dito com clareza. As negociações não estão terminadas, estão ancoradas num acordo que vamos estabelecer. Para quem poupou, para quem vai poupar ou para quem já está a poupar, um vírgula dois milhões de euros por ano estamos a falar de um balanço financeiro tranquilo, absolutamente tranquilo como os números são bons de ver.

Tudo isto está no ponto vinte da actividade Municipal que estivemos a trabalhar no ponto anterior mas vocês é que quiseram usar o tempo todo a falar do canil municipal e não falaram destas coisas. É o ponto vinte da informação da actividade municipal. Acharam mais interessante falar do canil, talvez entusiasmados pela ambiência, mas eu acho que estas coisas eram igualmente importantes. Mas não quiseram falar, é uma opção democrática que eu respeito como é evidente.

Só como nota de cultura, Dr. Jorge Nascimento, a actualização das rendas é feita pelo índice de preço ao consumidor e não pelo IMI. Portanto, não tem nada a ver o que V. Ex.a disse está desprovido de sentido objetivo. Mas seguramente num próximo ponto podemos aprofundar essa discussão. É só uma nota de cultura.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício,⁰³² anunciou os documentos do Ponto 3 - **Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2016 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M., como apreciados pelo plenário.**

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2017.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰³³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Este saldo elevado que transitámos do nosso exercício de dois mil e dezasseis e que integramos agora em sede do Plano e Orçamento tem as justificações que já dissemos mas que faz todo o sentido aqui repetir. Em primeiro lugar, o dinheirinho em caixa para devolvermos o ATU, que, entretanto já aconteceu, como já expressei também perante a Assembleia. Essa ajuda que tivemos foi muito importante mas sabíamos que chegado o Visto do Tribunal de Contas ao nosso programa tínhamos que a devolver. Portanto, dez

vírgula cinco milhões, mais juros que foram cerca de meio milhão, portanto, o valor total foram cerca de onze milhões tinham que estar aqui para os devolvermos, repito como já o fizemos.

Em segundo lugar uma componente muito importante, a componente da providência cautelar, deixem-me usar a expressão, para a circunstância de não termos PAM no início do ano ou mesmo durante o ano todo. Era nosso ponto de honra gerir dois mil e dezassete como gerimos dois mil e dezasseis, honrando todos os nossos compromissos. Para isso ser possível tínhamos que fazer, como se dizia à moda antiga, pé-de-meia para não sermos apanhados de surpresa no caminho. O que diria a nossa estimada oposição se fôssemos apanhados no caminho e se agora chegássemos à hora de devolver o ATU e não tivéssemos dinheiro. Foi uma opção política que julgo que é reconhecida como óbvia e sensata para podermos gerir uma circunstância que podia ter acontecido.

Em terceiro lugar nós afetámos dotação a rubricas que, entretanto, nas alterações orçamentais fomos retirando no jogo normal do lançamento dos concursos, repusemos tudo aquilo que tínhamos ajeitado. E também há compromissos que a Câmara ainda tem para cumprir que não são dívida mas que também têm que ter aqui a sua providência de tesouraria para virmos a honrar, esperando que, pelo menos, a maioria seja honrada neste ano de dois mil e dezassete.

É este o conjunto de argumentos que justificam este valor. Felizmente, hoje já sabemos que há uma parte de tudo isto que já está arrumada, tivemos o Visto nos últimos dias de janeiro. A aplicação na execução de dois mil e dezassete desta boa decisão que tomámos em dois mil e dezasseis já está confirmada. Pela nossa mão não voltará a haver saldos desta dimensão, como é evidente, porque mudámos de vida. Aliás, como dizia há dias nesta ambiência Pascal, temos a nossa Câmara em ressurreição institucional e financeira. Portanto, é este o mundo novo e esta realidade não se voltará a repetir no que respeita à nossa perspectiva de gestão municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“É mesmo um pedido de esclarecimento Senhor Presidente. Gostava que explicasse melhor porque eu não consigo discernir, como é que o saldo é reforçado na receita para 19 milhões e uma anulação de 11 milhões na despesa. Se calhar é uma coisa fácil, mas não faz parte da minha formação. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Senhor Presidente, a questão de um saldo de 19 milhões leva a pensar que a Câmara mesmo sem PAM conseguiria aguentar e fazer a sua gestão. Que conseguiria dar conta do recado sem haver esta obrigatoriedade ou sequer necessidade de recorrer ao PAM. Porque o PAM implica de facto a diminuição da qualidade de vida das pessoas em Aveiro. Implica viver pior. Implica ao contrário daquilo que o Senhor Presidente diz, não se ter autonomia na tomada de decisões que fazem toda a diferença na vida concreta das pessoas.

O Senhor Presidente grita por autonomia e descentralização quando sabe que não a tem. Que agora não tem poder nenhum sobre qualquer decisão no que é a vida do município que é a determinação de impostos, determinar serviços públicos, determinar o que é governar para as pessoas. E isto a partir de agora é tudo o contrário da autonomia, é tudo o contrário do que um presidente da Câmara deveria pedir para o seu município. Disse.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁷

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Só para assinalar que isto é uma decorrência da transição do saldo orçamental, que torna necessária uma revisão orçamental. Portanto, nada teremos a objetar a ela e como tal, votaremos favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁹

“Salavessa, nós tínhamos uma receita previsional para pagar a nossa dívida. Mas só apenas com os acórdãos PAM agora registamos essa dívida que tínhamos de pagar. Este ano ela é diluída pelos anos do pagamento que são 2017 e 2018 e que nos permite fazer essa anulação da receita.

Parece contraditório! É na prática. Mas tem a ver com a receita que temos do FAM — e que já estava assim no Orçamento que construimos. É bom não esquecer que o nosso orçamento de 2017 foi construído com execução PAM. Portanto na prática tivemos de o empurrar para a frente na execução dos acordos que se materializam uma parte em 2017, mas uma boa parte em 2018.

Portanto há uma disponibilização de receita para pagar essa dívida. É uma mera operação de contabilidade no que respeita ao encaixe do empréstimo e ao pagamento da dívida agregada a esses acordos e mais nada há a dizer.

Rita Batista. Pronto é aquela sua cassete ró-ró-ró-ró. A Rita não quer entender isto pronto, voltamos àquela conversa de mundos diferentes.

Se a nossa Câmara não tivesse a obrigação de ir à lei FAM e a opção de ir à lei, como diz o outro, quer queira quer não és voluntário. Mas nós fomos alegres porque era o único instrumento disponível no nosso país para nós resolvermos o nosso problema — não tínhamos este saldo Rita.

Só as nossas penhoras e as nossas injunções, as que já tínhamos e as que se produziriam se não tivéssemos aderido, isto não existia. A Rita não quer ver isto!? Eu lamento. Mas é mesmo assim. É mesmo assim.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴⁰

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁴¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁴³ Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2017, sendo aprovado por maioria, com vinte oito votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+IND1), três abstenções (PCP1+IND2) e um voto contra (BE1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁴

“Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda votou contra esta Revisão Orçamental porque é uma revisão que se baseia num Orçamento que nós aqui rejeitámos e votámos contra. Por ser um Orçamento que claramente vai contra as necessidades das pessoas e aplica

todos os impostos no máximo e portanto, sendo um reflexo desse Orçamento, sendo um reflexo duma política de governação que nós discordamos e rejeitamos, como voto político, votámos conta.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁴⁵

“A nossa declaração de voto é a seguinte: abstivemo-nos porque na realidade não percebemos esta proposta. Consideramos a mesma insuficiente em clareza, porque não especifica! Em orçamentos as verbas inscrevem-se em rúbricas numeradas e aqui não se sabe, não se nota esse aspecto.

Depois porque não percebemos muito bem como vai ser esta verba desdobrada em várias parcelas. E o Senhor Presidente quando lhe foi posta a questão (a nosso ver) não foi suficientemente explícito quanto ao teor da proposta. Por isso não estávamos em consciência habilitados a votar a favor como seria regular neste tipo de situações quando se trata de verbas já arrecadadas. Por isso nos abstivemos.”

Ponto 5 - Apreciação do 15.º e 16.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁴⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Este ponto reflete a despedida definitiva do Plano de Saneamento Financeiro. Acabou, mudámos de vida, foi um fracasso e está arrumado, arquivado e bem substituído pelo nosso PAM.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴⁸

Vogal Rita Baptista (BE) ⁰⁴⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁰

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁵¹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁵²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁵³

O Presidente da Mesa em exercício, anunciou os documentos do Ponto 5 - Apreciação do 15.º e 16.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, como apreciados pelo plenário.

Não houve declarações de voto.

Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de extinção da MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e abertura de procedimentos concursais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁵⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁵

“Muito sumariamente. A proposta é clara. Precisamos de mais tempo, estamos já a ultimar os concursos que serão lançados numa das próximas semanas para, no fundo, passarmos à última fase daquilo que é muito importante na arrumação da vida da nossa empresa e na gestão da vida dos funcionários, com os quais temos os tais acordos de cedência de interesse público e que são tratados em termos definitivos com os procedimentos concursais que vamos desenvolver. É o caminho que estamos a trilhar esperando que os concursos corram bem e que nós possamos, até ao final deste ano, ter esta matéria arrumada e bem arrumada.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁶

“Senhor Presidente, não vou trazer à discussão posições que o PCP já tornou claro sobre este processo de destruição e de encerramento da MoveAveiro e da passagem das suas capacidades para o domínio dos privados e assumo que são do conhecimento da Assembleia.

Agora queria perceber e gostava que o Senhor Presidente fosse tão claro quanto possível e nos diga, se esta alteração é para salvar postos de trabalho de quem está na MoveAveiro. Ou se com este procedimento não se corre o risco de irem para o desemprego quando a empresa encerrar e serem outras pessoas a ocupar os lugares que vão ser abertos. Esta é a questão central. E repito esta questão é crucial.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

“Senhor Presidente não é a primeira vez que vimos uma prorrogação da liquidação da MoveAveiro. O Bloco de Esquerda a posição também é conhecida, sempre fomos a favor do fim das empresas municipais, mas a questão destes postos de trabalho tem de ser defendidos. São trabalhadores da MoveParque que está em causa e a pergunta que temos é saber se aplicam as mesmas regras que foram aplicadas para a MoveAveiro. Ou seja, se vai haver respeito pelo direito de antiguidade. Se neste concurso implica perdas salariais. Se neste concurso estarão a concorrer em pé de igualdade pessoas de fora que neste não trabalham para a MoveParque e concorrem com os trabalhadores que neste momento ocupa funções.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

“Senhor Presidente a minha intervenção é mais a de pedir um esclarecimento. A liquidação da empresa foi em 2015. O prazo de liquidação é de 2 anos prorrogável por mais um ano. A deliberação já foi prorrogada por uma vez e eu pergunto por que dessa vez não foi perspectivado a demora e há agora necessidade de um segundo pedido prorrogação? Perguntar por que é que esse tempo não foi suficiente para lidar com essa questão.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵⁹

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁶⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶¹

“Senhor Presidente gostava apenas de reforçar aquilo que se disse, do que interessa aqui é que se respeite a lei. E se há partidos nesta Assembleia que entendem que a lei deva ser modificada podem propor em sítio próprio.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶²

“Há qui uma questão comum à questão colocada pelo António Salavessa, pela Rita Batista, pelo Jorge Nascimento, pelo Filipe Neto Brandão. Nós temos que cumprir a lei da pátria; estamos todos de acordo. E a lei da pátria é o que é. A actual maioria parlamentar tem feito muitas declarações à volta de novos mecanismos legais para resolver o problema dos chamados precários da Administração Pública. Mas até hoje nem proposta de lei, que eu conheça e julgo que vou estando atento ao que se vai passando nestas matérias que envolvem os municípios por força das minhas responsabilidades na ANMP. Só com intenções e discursos não se altera o quadro legal, por mais que a gente queira. Já aqui disse e repito, somos contra este quadro legal. Nós achamos que um trabalhador de uma empresa municipal que trabalhou dez anos, quinze anos, cinco anos, e que recebe uma avaliação positiva da sua Câmara, porque aquela empresa é da Câmara, e que a Câmara justifica no processo de internalização que precisa dele, devia bastar um despacho do responsável pela área dos Recursos Humanos ou, no máximo, do Executivo Municipal para este cidadão passar para o quadro de uma Câmara. Esta é a nossa posição, com o Governo actual e com o anterior. Só que a nossa posição não é lei. E a lei dá o quê? Aos trabalhadores que têm o ACIP a única coisa que se conquistou, e foi uma grande luta da ANMP com o Governo anterior mas que não se resolveu, foi uma alteração para que os trabalhadores que assinam ACIP cedam ao concurso em igualdade de circunstâncias com outros trabalhadores vinculados à Administração Pública. Foi o que se conseguiu. Os concursos, da nossa parte e julgo que da parte de todos vocês, são sérios; ganha quem é melhor. Há prova escrita, quem chumbar na prova escrita é factor de exclusão. Nós não vamos aldrabar a correção de uma prova escrita. É o que é. Podem ter a certeza absoluta que nós cumprimos a lei no concurso mas discordamos dela. Conversa, conversa, mas ainda não se passou da conversa. Nós temos prazos, já estamos prorrogar, já lá vamos ao porquê de prorrogação, e não há volta a dar. Salvo algum milagres, julgo que da extrema-esquerda não virá, para resolver este estado de coisas rapidamente. Além do mais sabemos que o processo legislativo no nosso país não é exatamente rápido, é lentinho, muito lentinho. Em relação a isto, Rita Batista, é evidente que as pessoas que ganharem o concurso vão iniciar uma carreira. A lei diz que elas vão iniciar uma carreira. Lá por terem vinte anos, trinta, ganharem não sei o quê, isso não existe. Vão para a Função Pública iniciar uma

carreira consoante o que são: assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores. Nós cumprimos a lei discordando em absoluto dela. Aliás, o nosso presidente Manuel Machado, acto imediato a terem havido declarações sobre esta matéria da maioria parlamentar disse logo que a posição da ANMP é a favor de que se arranje uma solução legal para esta situação. A verdade é que não existe.

A questão da prorrogação tem a ver com o seguinte. O que aconteceu foi que nós entendemos que o argumento da concessão era um argumento muito importante. Como sabeis, já cá falámos nisso, nós tivemos que esperar pelo um de janeiro, arredondando a conversa, para saber dos nossos trabalhadores, dos nossos Câmara, que os realocámos a funções em que funções iam ficar e se iam dar-se bem ou mal. Algumas das funções que eles estão a exercer são funções também exercidas por trabalhadores ACIP. E quando estamos agora a fechar o número e a lançar o concurso também estamos a avaliar com três meses, não é muito tempo mas já é algum tempo, saber se aquele trabalhador que era motorista de autocarros tem condições para ser, por exemplo, um bom fiscal de parcómetros. Se tiver condição ele vai, obviamente, ocupar um lugar que não vamos buscar ao concurso. Essas era uma espera necessária e obrigatória. Daí essa prorrogação.

Esta, agora, tem a óbvia justificação do estado em que estamos de perceber bem quantas pessoas temos com ACIP, quantas pessoas dos novos funcionários da Câmara e que ficaram nessas funções têm condições de as exercerem bem, para fixarmos em definitivo o número e lançarmos o procedimento concursal. Por isso, precisamos de mais tempo. Esta é a razão objetiva desta prorrogação.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁶³ o Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de extinção da MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e abertura de procedimentos concursais, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+ IND3), nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁶⁴

“Senhor Presidente o Bloco de Esquerda vota contra esta prorrogação, não pela matéria em si da contratação dos trabalhadores – até porque a posição do Bloco de Esquerda é conhecida quando a matéria é a defesa dos direitos laborais. Mas obviamente porque somos contra o que a MoveAveiro é hoje.

Entendemos que os trabalhadores devem ser integrados. Desempenham uma função que continuarão a desempenhar simplesmente a empresa para a qual trabalhavam, a empresa é extinta, mas a função é a mesma. E isto parece-nos que isto é apenas uma forma de cortar direitos laborais de atalhar caminho e de ter alguma folga em custos com os salários. Já vimos este filme antes. Foi assim para os trabalhadores da MoveAveiro, nomeadamente os motoristas e é assim agora para os trabalhadores da MoveParque. Não defendemos a criação da precariedade nem a diminuição de direitos laborais que os trabalhadores têm — e devem ser mantidas.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁶⁵

“Nós votámos a favor porque entendemos que a lei deve ser cumprida. E ao votarmos a favor desafiamos os partidos que votam contra a promoverem em sede própria, com a

autoridade que resulta de serem apoiantes da maioria que está no governo, para alterarem a lei.”

Ponto 7 - Apreciação e votação do Regulamento dos Equipamentos Museológicos de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 08/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁶⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁷

“Com muito gosto trazemos cá este nosso regulamento, ao fim deste longo calvário a que nos obriga o novo Código do Procedimento Administrativo. Só recebemos um contributo da Associação dos Amigos do Museu de Aveiro – AMUSA, que foi integrado já que foi um contributo muito pertinente. Agradecendo à AMUSA, agradecendo a toda a gente que deu contributos em cima da nossa proposta base. Portanto, temos aqui um documento que achamos bom, consolidado, escrutinado à nascença e naquilo que determina o código do procedimento administrativo. Julgo que é um bom documento para passarmos a ter um novo regulamento dos nossos museus.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁶⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁶⁹

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁷⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁷¹

“Apenas para dizer à Rita Batista que quem protege de termos PPP nos Museus é a sua odiada lei FAM. É pela lei FAM que estamos proibidos de fazer PPP. Portanto é a vida, como diria o nosso António. A vida tem estas contradições. A sua preocupação está garantida pela lei que odeia, a lei FAM.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁷²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁷³

De seguida o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁷⁴ o Ponto 7 - Apreciação e votação do Regulamento dos Equipamentos Museológicos de Aveiro, sendo aprovado por maioria, com trinta votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+IND3), duas abstenções (PCP1+BE1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 8 - Apreciação e votação da Aquisição de Parcelas de terreno na envolvente ao Parque de Feiras e Exposições, sito em Vilar, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁷⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁶

“Não querendo, obviamente, condicionar o trabalho, sempre de excelência, do nosso Presidente, eu estimularei o nosso Presidente para podermos trabalhar mais hoje. Portanto, vou fazer uma intervenção muito curta para introduzir os pontos oito, nove, dez, onze, doze e treze porque respeitam exatamente à mesma matéria “pôr em ordem a desordem.”

O processo da família Ramos é da maior importância. Finalmente estamos a construir a razão administrativa para pôr em ordem um inacreditável processo. Está aqui um e há mais sete que a Câmara Municipal aprovou na nossa última reunião e que não carecem, pelo seu valor, de virem à Assembleia. Este, pelo seu valor tem que vir, e tem que passar daqui para o Tribunal de Contas. É o fim de uma história inenarrável, com vinte e nove anos, alguns dos processo vão até vinte e nove anos de vida, daquilo que não se faz em gestão autárquica. Comprámos, usámos, construímos, mas nunca pagámos, nem sequer tratámos do processo administrativo. Um processo que deu muito trabalho, daqueles processos que não permitem que outras questões estejam tratadas e que consideramos absolutamente prioritárias e que fazem parte da ordenação administrativa de dívidas para as podermos pagar, dado que temos a ajuda do financiamento do FAM para pagar. É, para nós, dos marcos mais importantes, dos dossiers mais difíceis, este, conhecido pelo complexo dos terrenos da família Ramos. Com muito gosto construímos uma solução que, repito, além do voto da Assembleia ainda carece do Visto do Tribunal de Contas, para onde irá. É um grande passo para se resolver um velho e inadmissível passivo, no qual a Câmara tem muita culpa e a família em causa também tem a sua relevante quota parte de responsabilidade. É bom que esteja tudo claro nesta matéria.

Os outros pontos pertencem à mesma ordem e que é pôr na ordem administrativa questões que não estão nessa mesma ordem, para podermos, com a ordem administrativa, pagarmos às nossas Juntas de Freguesia os compromissos que assumimos, que foram executados, mas que precisam da devida consistência administrativa para podermos consumir o pagamento. Com o acto que seguramente a Assembleia praticará, imediatamente, rapidamente, estaremos a assinar os acordos e os contractos que têm que ser assinados e, obviamente, a pagar os compromissos financeiros que temos para pagar.

É este o conjunto de pontos que fazem parte da mesma frente, que não acaba aqui, ainda temos mais. Não temos nenhuma tão difícil, tão complexo e de valor tão grande como este da família Ramos, mas ainda há mais um passivo para tratarmos.

É com o maior gosto que trazemos estes processos dado que carecem da apreciação e da votação da Assembleia Municipal, com o nosso compromisso absoluto de tramitarmos aquilo que interessa que é pagarmos as dívidas que respeitam a cada um destes processos,

com a nuance que este, da família Ramos, fica ainda a aguardar o tratamento que o Tribunal de Contas vai dar ao processo.”

Após a intervenção do Presidente da Câmara, o presidente da mesa em exercício, colocou à consideração do plenário⁰⁷⁷ que fossem discutidos e apreciados em conjunto também os pontos 9,10,11,12,13, mas com votações em separado. Colocado à votação não se verificou nenhuma oposição.

Ponto 9 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de São Bernardo – Alteração da execução da obra de pavimentação/requalificação na Rua Alexandre Nunes Coelho pela Rua Dr. Francisco Sá Carneiro;

Ponto 10 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Cacia – Autorização da execução da obra de pavimentação no Largo Manuel Mateus Ventura/Rua Ecos de Cacia;

Ponto 11 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização de pagamento da prestação de serviços de limpeza da vala hidráulica de Taboeira;

Ponto 12 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização para execução de obras de pavimentação com aplicação de camada de desgaste em arruamentos e estacionamento na Freguesia de Esgueira;

Ponto 13 – Apreciação e votação de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz – Transportes escolares pagos e efetuados pela Junta de Freguesia de Requeixo em 2010 e 2011.

(As deliberações tomadas sobre os assuntos em epigrafe pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra aos deputados municipais:

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁸

“Senhor Presidente, temos aqui outra vez as delegações de competências em três juntas de freguesia. O Bloco de Esquerda já aqui o referiu por várias vezes que é importante dar mais autonomia financeira às juntas com planos plurianuais. Porque de forma é que pode uma Junta ter um Plano a médio longo prazo se não tem um cabimento orçamental que lhe permite ter essa autonomia. E por outro lado quando há atividades que tem de realizar que necessitem contratação de pessoal já sabemos onde isso vai dar. Contratos de reinserção porque não há dinheiro do orçamento, portanto precarizamos a força de trabalho que está aí para trabalhar de graça. Já tivemos esta discussão antes, também.

É importante que haja esse esclarecimento. Se há uma dotação por parte da autarquia tem que haver também uma responsabilidade social ao nível do trabalho, que garanta que um posto de trabalho, um contrato, um salário. E se nestas delegações que aqui estamos a discutir é esse o caso, gostaria de uma palavra do Senhor Presidente.

Em relação à aquisição de terrenos só dizer que mais uma vez é o reflexo do que tem sido as governações em Aveiro que prolonga estes casos que constrói sem poder construir, não havendo uma responsabilização pessoal de quem tomou essas decisões e é bom que se posam ir resolvendo casos como este. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁹

“O Senhor Presidente quer estes pontos reunidos e agora percebo porquê. Já entendi que isto é uma questão antiga e portanto, pronto. É uma questão que já vem de trás e que agora a família Ramos vai ser com ela resolvido uns pagamentos de uns terrenos que previamente cedeu.

Agora eu penso que isto esteja sobre algum documento, não é? Isto foi consignado em algum documento ou não? Está. Muito bem. Mas depois também parece que há aqui uma ficção. Vamos agora dar competência a uma Junta para fazer aquilo que já está feito? É isso. O Senhor Presidente desculpe lá a minha dúvida. Mas isto é tão repentino, numa amálgama de assuntos, que nós não percebemos muito bem. Portanto eu suponho que estes terrenos já foram utilizados. Então a Junta agora vai ser autorizada a ocupar uma coisa que já está ocupada. Isto é um mecanismo de regularização? Bem eu agurado que o Senhor Presidente agora explique sobre isto para depois tomar posição concreta sobre o assunto. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸⁰

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁸¹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁸²

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁸³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁸⁴

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁵

“Senhor Presidente, apenas para manifestar a nossa satisfação por mais este conjunto de passos que vão no caminho de colocar a Câmara numa pessoa de bem, como me parece fundamental em qualquer democracia.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁶

“Só lembrar dois aspectos. Primeiro, isto tem alguma dificuldade. Nós usamos o quadro legal vigente, hoje, para pôr em ordem matéria que na altura eram vividas e geridas com um quadro legal diferente. O Dr. Jorge Nascimento tem razão porque isto é uma coisa um bocadinho estapafúrdia, mas é a forma que temos para resolver porque é obra feita, é dívida constituída, mas o acto administrativo à data não foi feito. Agora, tem que ser feito à luz da nova lei, que entretanto entrou em vigor, nesta opção do legislador dos contractos inter-administrativos.

Nos terrenos, dizer-vos uma coisa. O processo arrastou-se demais. Eu conheço a família, temos relações pessoais há muito anos e decidi fazer uma única reunião e dizer-lhes, com toda a clareza, que aquela era a única reunião que tinham comigo sobre a matéria.

Dos meus antecessores, que conheço bem a história, mas especialmente do meu antecessor da passagem de dossiers, um dos dossiers que mais o cansou foi exatamente este.

E eu como conheço bem a família porque na minha outra vida também tive negociações sem sucesso, na mesma área da aquisição de terrenos, percebi bem. Só lhe disse isto: eu valido o último acordo que vocês fizeram com o meu antecessor, não o discuto, dou-o como bom, quero cá duas cartas, tinham que ser duas porque em termos formais havia ali duas componentes da família, até ao dia “x” a dizerem que concordam formalmente e com esses ofícios fica na mão da Câmara desenvolver todo o processo administrativo e financeiro para vos virmos a pagar.

Mais... se isto não for assim, até ao final do meu mandato desobrigarei a Câmara desta matéria. Portanto a família percebeu que aquele exercício que agora falta um poço, amanhã uma árvore de fruto e depois de amanhã dois metros quadrados e mais não sei o quê, tinha acabado. Chegámos a acordo, chegou a carta, fizemos este trabalho. Agora, Sr. Dr. avaliar hoje à luz e há vinte anos é um exercício que tem as suas delicadezas. A consulta ao processo que está obviamente ao dispor, julgo que demonstrará a bondade e a qualidade do trabalho que fizemos. A apreciação do Tribunal de Contas deixa-nos expectantes, tem os seus próprios critérios de análise, mas cá estaremos para ajudar o Tribunal a decidir — a decidir Visando. Se houver algum acidente cá estaremos, há plano B para resolver o problema como todos temos boa consciência.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁸⁷

“Percebo perfeitamente o problema da família porque é uma coisa objetiva. Está lá o terreno, é possível identifica-lo, é possível avaliá-lo, não sei se houve algum compromisso formal de pagamento, mas haja ou não haja, há uma ocupação e, portanto, é perfeitamente justo que a família seja compensada. Daí o Senhor Presidente diz que se inteiro, aliás é um procedimento que há-de ter expressão numa instância superior. Mas agora quando falou, eram coisas não documentadas, bem eu percebi isso. Mas eu pergunto concretamente: penso que independentemente do terreno houve umas obras. E agora eu pergunto se as obras na altura foram faturadas ou se isso está só no repositório da Junta de Freguesia. Se a Junta de Freguesia em causa na altura informou a Câmara da descrição das obras e qual a fórmula para a quantificação. Aspecto formal primeiro - se ao momento da execução das obras se foi feito documento? É igualmente justo que se fez a obra que ela se pague, mas se não foi paga na ocasião e estava documentada porque é que essa dívida não entra na contabilização das dívidas passadas. Ou se ao contrário é preciso agora criar um acto que seja o da documentação da dívida, que eu considero que se tiver havido obra equivalente a Câmara é de bom tom que a regularize. Mas a questão já é diferente. E é nesse aspecto que tem de ser aqui esclarecido. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁸

“Dr. Jorge Nascimento, acho que está toda a gente esclarecida menos V. Ex.a. O processo está todo correto, não há dívidas que as obras foram feitas e que a dívida está constituída como deve ser, em termos de evidência.

O acto administrativo da Câmara para poder pagar é que não está constituído como deve ser. Aquilo que estamos aqui a fazer é esse acto administrativo para podermos pagar. Os actos formais que constituíram a dívida destas Juntas de Freguesia para com alguém estão claros e cristalinos. A obra está lá executada, a gente vai lá e a vê hoje, não houve destruição. O processo está correto, falta o acto administrativo nosso para podermos pagar. Todas estas dívidas, nestes pontos todos, estão todas na nossa dívida PAM. Toda. Nós vamos ter o financiamento do FAM para pagarmos estas dívidas todas. Faltava era o nosso acto administrativo e estão aqui alguns que virão à Assembleia porque temos muitos, uns chega o meu despacho, outros vão à Câmara. Da família Ramos são mais sete processos. Estamos a pôr em ordem aquilo que claramente está documentado. Há muita dívida que ficou perdida. Promessas... “ah, o Presidente veio cá num aniversário e prometeu não sei o quê”. Mas pronto, ficou nisso, não há um documento. As Associações reivindicam muito ou reivindicaram que isso agora já está arrumado. Mas isto não é nada em termos de documento, não é direito constitutivo, não

se constitui um direito para nós agora completarmos o processo com um acto administrativo para podermos pagar. Mas aqui não há qualquer dúvida. Falta um acto administrativo para podermos pagar.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁸⁹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁹⁰ o Ponto 8 - Apreciação e votação da Aquisição de Parcelas de terreno na envolvente ao Parque de Feiras e Exposições, sito em Vilar, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+ IND3), dez abstenções (PS8+PCP1+BE1) e zero votos contra.

Presidente da Mesa em Exercício⁰⁹¹

“Declarações de voto? Não há declarações de voto em relação ao ponto 8. Muito bem, com a anuência dos senhores deputados iremos passar à votação dos pontos 9,10,11,12,13 no pressuposto de que estão esclarecidos no seguimento dos esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente e de que não há qualquer intervenção vossa a esse respeito e passo a ler.”

De seguida fez a leitura integral dos assuntos e colocou à votação os seguintes pontos:⁰⁹²

Ponto 9 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de São Bernardo – Alteração da execução da obra de pavimentação/requalificação na Rua Alexandre Nunes Coelho pela Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.

Ponto 10 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Cacia – Autorização da execução da obra de pavimentação no Largo Manuel Mateus Ventura/Rua Ecos de Cacia, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.

Ponto 11 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização de pagamento da prestação de serviços de limpeza da vala hidráulica de Taboeira, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.

Ponto 12 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização para execução de obras de pavimentação com aplicação de camada de desgaste em arruamentos e estacionamento na Freguesia de Esgueira, sendo aprovado por

maioria, com trinta e um votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.

Ponto 13 – Apreciação e votação de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz – Transportes escolares pagos e efetuados pela Junta de Freguesia de Requeixo em 2010 e 2011, sendo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD13+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Presidente da Mesa em Exercício:[093](#)

Vogal Rita Batista (BE)[094](#)

Presidente da Mesa em Exercício[095](#)

Presidente da Câmara[096](#)

Vogal Rita Batista (BE)[097](#)

Presidente da Mesa em Exercício[098](#)

Vogal Rita Batista (BE)[099](#)

Ponto 14 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal: transposição das normas do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas São Jacinto para o Plano Diretor Municipal.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 29/03/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício[100](#) deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[101](#)

“É uma mera apreciação deste processo administrativo que decorre do novo Plano de Ordenamento Costeiro e da obrigação que temos de adequar de imediato o nosso PDM a esse normativo. É tão só isto, aquilo que tínhamos de muito pouco a acautelar na negociação do POC foi acautelado e foi garantido. Portanto, é só um acto administrativo que está cumprido pela deliberação de Câmara mas que o Procedimento Administrativo só fica completo com esta apreciação da Assembleia Municipal. É tão simples quanto isto.”

Não houve qualquer inscrição por parte dos Grupos municipais para intervenção sobre o ponto em epígrafe.

Não havendo intervenções, Presidente da Mesa em exercício, anunciou[102](#) os documentos do Ponto 14 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal: transposição das normas do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto para o Plano Diretor Municipal, como apreciados pelo plenário.

Não houve declarações de voto.

No seguimento, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação¹⁰³ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a reunião da Sessão, informando que nos termos regimentais vai seguir convocatória para a continuidade da sessão no próximo dia 21 de Abril.

Eram 00:15 horas do dia 11 de Abril de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:45)